DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 4609/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/17750/2013
PROTOCOLO	: 1453694
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL – MS
JURISDICIONADO	: LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHÃES
CARGO DO JURISDICIONADO	: PREFEITO MUNICIPAL, À ÉPOCA
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 261/2013
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 014/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO
CONTRATADA	: LPA – LIMA'S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA – EPP
VALOR DA CONTRATAÇÃO	: R$ 45.588,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO – 3ª FASE – EXECUÇÃO FINANCEIRA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO – OBJETO CUMPRIDO – EXECUÇÃO FINANCEIRA CORRETA - ATOS LEGAIS E REGULARES – QUITAÇÃO – ARQUIVAMENTO.

Em exame os atos de **execução financeira** referente ao **Contrato Administrativo nº 261/2013** - (fls. 58-64) celebrado entre as partes acima nominadas, tendo por objeto a prestação de serviços para realização de show artístico da Família Lima, no dia 14 de dezembro de 2013, pelo período de período de 16.09.2009 a 30.12.2013, com o valor de R$ 45.588,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e oitenta e oito reais).

A *Decisão Singular DSG-G.ICN-3164/2016* (fls. 86-86) julgou regular e legal a contratação pública direta iniciada por *Inexigibilidade de Licitação nº 014/2013* e a *formalização do Contrato Administrativo nº 261/2013*.

Ao analisar os autos, a 2ª Inspetoria de Controle Externo e o d. Ministério Público de Contas concluem pela *regularidade* e *legalidade* dos atos de execução financeira referente a esta contratação, consoante Análise *ANA–2ICE–6276/2017* - (fls. 109-112) e o r. Parecer *PAR - 3ª PRC - 4030/2017* – (fls. 113-114), *ressalvando* este *parquet* sobre a intempestividade na remessa de documentos e opinando também pela *aplicação de multa* ao gestor.

É o relatório.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, parágrafo único, II, *"b"* do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

Destarte, a análise nesta terceira fase recai sobre a execução financeira do contrato, conforme define o art. 120, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O *Contrato Administrativo nº 261/2013* - (fls. 58-64) tem por objeto a prestação de serviços para realização de show artístico da Família Lima, no dia 14 de dezembro de 2013, pelo período de período de 16.09.2009 a 30.12.2013, com o valor de R$ 45.588,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e oitenta e oito reais).

Quanto aos atos de execução financeira, vejo que os mesmos foram realizados em consonância com a Lei Federal n.º 4.320/64, guardando conformidade entre os valores empenhados, liquidados e pagos, estando resumidamente assim demonstrados:

Valor Contratado	R$ 45.588,00
Valor Empenhado	R$ 45.588,00
Valor das Ordens de Pagamentos	R$ 45.588,00
Valor dos Comprovantes Fiscais	R$ 45.588,00

O quadro acima demonstra que a execução financeira do contrato está devidamente comprovada, razão pela qual o Corpo Técnico se pronuncia pela sua aprovação da presente prestação de contas nos seguintes termos (fls. 111), *in verbis:*

> "*Diante do exposto, concluímos pela regularidade e legalidade da execução financeira do Contrato Administrativo nº 261/2013 celebrado entre o Município de Chapadão do Sul* (CNPJ nº 24.651.200/0001-72) *e a empresa LPA - Lima´s Produções Artísticas - Epp* (CNPJ nº 91.288.597/0001-77), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. a alínea "b" do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno."

Por sua vez, o douto Ministério Público de Contas pugna pela *regularidade com ressalva,* dos atos de execução financeira, bem como pela *aplicação de multa,* nos seguintes termos - (fls. 113), *in verbis:*

> "*Pelo que dos autos constam*, e de acordo com a manifestação do corpo técnico (fls. 109/112 peça 27), *este Ministério Público de Contas*, com fulcro no artigo 18, II, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, *conclui pela LEGALIDADE com RESSALVA, da Prestação de Contas da Execução Financeira do Contrato n° 261/2013*, *através de contratação direta*

"Inexigibilidade de Licitação", nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 cc. o art. 120, Inciso III, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Nota-se que a Equipe Técnica da 3ª ICE, identificou a intempestividade na remessa de documentos à esta Corte de Contas, haja vista que foi protocolado em 02/02/2017, 15 dias após o prazo estabelecido no Capítulo III, Seção I, Item 1.2.1 Letra A e B1, da IN/TC/MS n° 035/2011.

Diante da irregularidade declinada, este Ministério Públicos de Contas opina no sentido que essa Corte de Contas adote o seguinte julgamento:

I – RECOMENDAR ao titular do órgão que observe com maior rigor a legislação pertinente, a fim de evitar falhas dessa natureza, com fulcro no Inciso II do §1° artigo 59 da Lei Complementar n° 160/2012;

II – MULTA ao Jurisdicionado Senhor Luiz Felipe Barreto de Magalhães, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, nos termos do Inciso I do art. 44 c/c artigo 46 da lei Complementar n° 160/2012, em face da intempestividade na remessa de documentos a esta Corte de Contas.

III – COMUNICAR o resultado do julgamento aos interessados, nos termos do artigo V Inciso LV da Constituição Federal."

Assiste razão, em parte, ao e. Procurador de Contas, porquanto, de fato, os atos de gestão praticados no bojo destes autos foram considerados regulares e legais, uma vez que evidenciada a regular execução financeira, com o cumprimento do objeto contratado, a exatidão dos seus valores e o adimplemento das obrigações, razão pela qual merece aprovação desta Corte de Contas.

Quanto à sugestão de aplicação de multa verifico que não houve a instauração do contraditório sobre o tema, e tendo em vista que nenhum prejuízo trouxe ao processamento do feito, considero inviável instaurá-lo somente para essa finalidade, razão pela qual deixo de acolher, nesta parte, a proposição do d. Ministério Público de Contas.

Mediante o exposto, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e parcialmente o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, II, § 3º, V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, e,

DECIDO:

1 – pela **regularidade** e **legalidade** da **execução financeira** do **Contrato Administrativo nº 261/2013** celebrado entre o **Município de Chapadão do Sul/MS**,

CNPJ/MF n.º 24.651.200/0001-72, representado pelo Prefeito Municipal à época, Senhor Luiz Felipe Barreto de Magalhães, CPF/MF n.º 499.421.077-20, como contratante, e, de outro lado, a Empresa **LPA – Lima's Produções Artísticas Ltda - EPP,** CNPJ/MF n.º 91.288.597/0001-77, representada pelo Senhor José Carlos Lima, CPF/MF nº 153.326.240-34 e a Senhora Lorena Maria Scholles Lima, CPF/MF n.º 670.081.000-00, como contratada, por guardar conformidade com as disposições legais vigentes, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c os artigos 70 e 120, III do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela **quitação** ao Ordenador de Despesas, Senhor Luiz Felipe Barreto de Magalhães, CPF/MF n.º 499.421.077-20, para os efeitos do art. 60 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pelo **arquivamento** do presente feito, nos termos do art.173, V, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

4 – **Publique-se**, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 19 de maio de 2017.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator